

produto da pena de expoentes de nossa literatura.

Outrossim, também é comum observar solicitações de promoções que ilustram, em muitos casos, a lógica que regia (se é que deixou de fazê-lo) o acesso a cargos superiores no serviço público, conforme evidencia o depoimento de Antônio Dias Furtado:

[...] Peço licença para mais uma vez me dirigir á V. Exa sobre minha pretensão, pois apesar de ser avesso a incomodar amigos, sou actualmente, nesta emergencia forçado a proceder assim.

Sendo muitos os candidatos à promoção do telegrafista chefe e sendo uma so vaga fica assim justificada a minha importunação. Posso vos garantir que nestas vagas não se tem observado o merecimento, sim quem está mais bem apadrinhado, por isso recorro-me á V.Exa. que me conhece bem de perto e melhor poderá julgar o meu procedimento.

Tenho 28 annos de serviço e já ha 15 que atuo na 1ª classe sem uma só nota em meu desabono, tendo apenas gosado uma licença nesse longo decurso de tempo, e tendo, além disso, na gestão do Sr Dr Amarante, como encarregado do expediente dirigido todo o districto a contento da Directoria.

Confiado no nosso alto prestigio e na amisade de conterraneo, espero

desta vez alcançar meu desideratum, pelo que eu e minha família hippotecamos desde já nosso eterno reconhecimento [...]²⁰

Se mérito e competência, como se pode perceber no depoimento anterior, não garantiam acesso a promoções ou cargos, na base das justificativas para obtê-los estavam, além da afirmação de lealdade e fidelidade política, outros valores cultivados por aquela sociedade em geral, percebidos nas qualidades listadas dos solicitantes. Dentre as mais citadas destacavam-se: ser homem de bem, chefe ou pai de família, caráter sério, de confiança, e um amigo sincero.²¹

Conforme já sublinharam diversos autores, essa lógica de recrutamento e promoção de funcionários do Estado, que privilegiava critérios pessoais em lugar de impessoais, tinha como consequência a desorganização do serviço público, com a formação de uma burocracia muitas vezes desqualificada para o exercício de suas funções.

Por outro lado, apesar de indiscutivelmente predominarem, não são apenas pedidos relativos a cargos públicos os únicos veiculados na correspondência de Nilo Peçanha. Existe uma gama muito grande de pedidos de natureza diversa que vão desde a solicitação para o encaminhamento de petições de setores produtivos até pedidos de proteção para causas não mencionadas nas cartas, apenas lembradas a Nilo, e que muitas vezes aparecem como promessas feitas pelo próprio oligarca. É bastante comum também observarmos o que recentemente conven-

Municipal de Cantagallo a Dr. João G. Rodrigues Torres, do Carmo. É parente do Honório e para o servir tem ido além do que lhe permite o dever, pois na ocasião em que esteve, inteiramente na presidência da Comissão de alistamento até os livros mandava ao Presidente da Câmara para que elle os retirasse a tempo que quizesse para suas conferências, além de outros favores pouco compatíveis com a execução de seus deveres...” Arquivo Nilo Peçanha.

44 Ver carta de André Werneck, enviada em 14/07/1906. Arquivo Nilo Peçanha.

45 Carta de Theophilo dos Santos, enviada em 12/12/1903. Arquivo Nilo Peçanha

46 Carta de Eduardo José de Moraes, enviada em 15/01/1906. Arquivo Nilo Peçanha.

47 Referimo-nos às verbas relativas ao imposto de indústria e profissões, que deixou de ser arrecadado pelos municípios com a Reforma da Constituição estadual de 1903. A fragilidade econômica dos municípios e sua dependência com relação a recursos do estado no período é evidenciada nas cartas do Barão de Miracema, M.C. Ferreira Landim, Raul Bastos de Macedo e Henrique Borges enviadas respectivamente em 20/01/1906, 12/12/1906, 16/12/1906 e 09/12/1906. Arquivo Nilo Peçanha.

48 QUEIROZ, M. Isaura Pereira de. “O coronelismo numa interpretação sociológica”. In FAUSTO, Boris, (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, t. III, v.1, pp.155-190.

49 CARVALHO, J. M. de. Op. cit., p.3.

50 Esse tipo de coronel é uma espécie de marca registrada nos romances de Jorge Amado.

51 Carta de Honorio Pacheco, chefe político em Cantagalo, enviada em 08/02/1903. Arquivo Nilo Peçanha.

52 O coronelismo fica mais evidente nas relações entre chefes políticos locais e governadores e/ou oligarcas, o que justifica o fato de, quando Nilo ascende à presidência da República, predominarem práticas de natureza clientelística.

53 Para elucidar essa questão, tomamos como base um conjunto de cartas que têm como objetivo central cumprimentar Nilo pela posse de cargos do Poder Executivo, embora também tenham sido utilizadas outras missivas, como as de Henrique Leão Teixeira, Bellarmino de Mendonça e Antônio de Almeida Bento, enviadas, respectivamente, em 02/12/1903, 31/12/1903 e 07/01/1906. Arquivo Nilo Peçanha.

54 Ver carta citada na nota anterior.

55 Mais um dado pode ser acrescentado no sentido de confirmar o exposto: há quase uma unanimidade na maneira como os missivistas subscrevem suas missivas. As palavras que mais aparecem conjugadas são amigo e correligionário.

56 Carta de Henrique José Lourenço, enviada em 26/07/1906. Arquivo Nilo Peçanha. É necessário enfatizar esses modelos de comportamento ligados a determinados status ou posição na estrutura social, pois revelam importantes aspectos da cultura e da sociedade da época, não sendo a cultura política alheia aos mesmos.

57 MARSHALL, apud CARVALHO, J. M. de. **A Construção da Cidadania no Brasil**, p. 3.

58 Ver quadro nº 3.

59 Para uma discussão em torno dessa temática ver: REIS, Elisa Pereira. “Interesses agro-exportadores e construção do Estado: Brasil de 1890 a 1930. In: SORJ, Bernardo, CARDOSO, F. Henrique (org). **Economia e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

60 Ver cartas de Feliciano Penna, enviadas em 07/07/1909 e 23/07/1909. Arquivo Nilo Peçanha.

61 REIS, Elisa Pereira. “Interesses agro-exportadores e construção do Estado: Brasil de 1890 a 1930”. In: SORJ, Bernardo, CARDOSO, Fernando Henrique (org.) **Economia e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.